



**COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP**  
**S/A CAPITAL FECHADO**  
**CNPJ Nº 01.377.555/0001-10**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2024**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2024**  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**  
**Senhores e Senhoras Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito na Companhia neste período.

A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP venceu o Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor 2024, na categoria Região Centro-Oeste acima de 30 mil unidades consumidoras, entregue no dia (19/03/25) às empresas que tiveram melhor avaliação dos clientes que responderam a questionários da pesquisa em 2024.

**Desempenho Operacional - Qualidade do Fornecimento:**

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC foi de 5,21 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor - FEC foi 5,21.

É importante destacar que os índices DEC e FEC, bem como o índice de perdas de 0,95% foram respectivamente os menores da história da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP.

Em 2024, a CHESP manteve seu plano de combate as perdas de energia com ações de prevenção e recuperação da receita, com foco na identificação de ligações clandestinas, fiscalização e manutenção de equipamentos de medição.

**Desempenho Operacional - Mercado Consumidor:**

A Companhia encerrou 2024 com um aumento de 1,4% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2023, crescimento orgânico.

Consumidores	2023	2024	Var.%
Residencial	31.175	31.850	2,2
Comercial	3.450	3.524	2,1
Industrial	58	58	-
Rural	4.538	4.352	-4,1
Poderes Públicos	484	493	1,9
Iluminação Pública*	10	10	-
Serviço Público	66	66	-
Consumo próprio	11	11	-
<b>Total</b>	<b>39.792</b>	<b>40.364</b>	<b>1,4</b>

coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da ABNT ISO 9001, versão 2015. Em 2023, a Companhia certificou, conforme a NBR ISO 9001:2015, o processo de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente, em atendimento à REN N.º 1.000 da ANEEL.

**Desempenho Financeiro - Investimentos:**

Em 2024, os investimentos foram na ordem de R\$ 24,9 milhões sendo: em expansão do sistema elétrico adicionado ao ativo imobilizado em serviço R\$ 6,7 milhões, em curso na linha de distribuição em 69KV Rialma a Itapaci R\$ 15,6 milhões e na ampliação e melhoria da SE Rialma R\$ mil 2,6.

**Desempenho Financeiro - Resultado Líquido:**

Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 6,55 milhões.

**Desempenho Socioambiental:**

Em 2024, a CHESP manteve as iniciativas de sustentabilidade e prevenção de impactos ao meio ambiente por meio da gestão de resíduos sólidos, com a destinação de todos os resíduos sólidos recicláveis e perigosos, oriundos da prestação do serviço, tais como resíduos de obras, sucatas metálicas, plásticos, porcelanas, vidros etc. para empresa especializada na destinação ambientalmente correta.

A CHESP apoiou, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura - "Lei Goyazes" (Lei nº 13.613/2000), os projetos: "IV DODANCE MOSTRA DE DANÇA" do proponente GerlanAndrade Veiga, "6ª LANTERNA MÁGICA - Festival Internacional de Animação" do proponente Camila de Souza Nunes Rocha, "EU NASCIMULHER" do proponente Natália Melo Barbosa, "ESPETÁCULO ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS" da proponente Vilma Aparecida Silva, "TIÃO PERSONAL DANCER" do proponente DafuqFilmes Ltda, "PURGATORIO (DA CULPA À REDENÇÃO) do proponente Marília Ribeiro Pereira Rezende, "FESTIVAL PIRIBIER" do proponente Voo Livre Projetos e Eventos Ltda, "MERCADO SAPI" do proponente SOL A PINO FILMES LTDA, "2ª WINE JAZZ PIRI" do proponente Ricardo Silva.

**Agradecimentos:**

Aos nossos acionistas, consumidores, fornecedores, agradecemos mais uma vez a confiança. Aos nossos colaboradores, agradecemos por se dedicarem imensamente a uma atividade essencial para todos - a distribuição de energia elétrica. Em 2025, continuaremos focados na geração de valor para todos os acionistas, sempre atuando de forma sustentável, agregando valor para todos os fornecedores, comunidades onde atuamos e principalmente todos consumidores e colaboradores.

Ceres, 31 de dezembro de 2024.

Ricardo de Pina Martin  
Diretor Presidente

O fornecimento de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2024 em 145.355 MWh, representando um aumento de 6,2% em comparação a 2023. Já o fornecimento aos clientes livres apresentou aumento de 46,1% no ano.

**Mercado atendido**

Fornecimento - MWh	2023	2024	Var.%
Residencial	61.650	66.048	7,1
Comercial	27.250	28.788	5,6
Industrial	9.673	8.411	-13
Rural	21.577	24.269	12,5
Poderes públicos	6.661	7.199	8,1
Iluminação pública	5.233	5.340	2,1
Serviço público	4.700	5.110	8,9
Consumo próprio	187	190	1,6
Total - mercado cativo	136.931	145.355	6,2
Clientes livres	7.749	11.323	46,1
<b>Balanco Energético - Energia requerida - MWh</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Var.%</b>
<b>Venda de energia</b>	<b>136.931</b>	<b>145.355</b>	<b>6,2</b>
Fornecimento	136.931	145.355	6,2
Total de energia injetada	149.752	158.182	5,6
Perdas Rede de Distribuição (MWh) E. Consumida	5,072	1,504	-
Perdas rede de distribuição %	3,38	0,95	-

A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência em 2024, tais como ações de comunicação junto aos consumidores (pré-aviso de corte), envio de SMSs e disponibilização de canais digitais de pagamento.

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de

**BALANÇO SOCIAL:**

**1 - BASE DE CÁLCULO**

	2024	2023
1.1 - Receita Líquida (RL)	92.284	84.091
1.2 - Resultado Operacional (RO)	12.866	9.260
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	8.501	7.957

	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	704	8,28%	0,76%	288	3,62%	0,34%
2.5 - Gratificação de Férias	282	3,32%	0,31%	205	2,58%	0,24%
2.6 - Outros Benefícios	239	2,81%	0,26%	177	2,22%	0,21%
	<b>3.101</b>	<b>36,48%</b>	<b>3,36%</b>	<b>2.395</b>	<b>30,10%</b>	<b>2,85%</b>

**2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS**

	2024			2023		
	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.1 - Alimentação	1.369	16,10%	1,48%	1.308	16,44%	1,56%
2.2 - Saúde	434	5,11%	0,47%	345	4,34%	0,41%
2.3 - Educação	73	0,86%	0,08%	72	0,90%	0,09%

**3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS**

	% sobre RO		RL	% sobre RO		RL
3.1 - Tributos	31,522	245,00%	34,16%	24,548	265,10%	29,19%
	<b>31.522</b>	<b>245,00%</b>	<b>34,16%</b>	<b>24.548</b>	<b>265,10%</b>	<b>29,19%</b>

**4 - CORPO FUNCIONAL**

	2024	2023
4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício	123	123
4.2 - Escolaridade dos empregados:		
Superior com extensão universitária	43	40
Ensino Médio	76	73
Ensino Fundamental	2	5
Outros	2	4
4.3 - Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	27	26
de 30 até 45 anos	56	55
acima de 45 anos	40	42
4.4 - Nº Admissões durante o exercício	10	11
4.5 - % de mulheres que trabalham na empresa	33	29
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)	6,0	7,0
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)	14,0	13,3
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa	4	3
4.7 - Aposentadoria	1	1
4.8 - Portadores de deficiência física	3	2
4.9 - Dependentes (ir) dos empregados	131	136
4.10 - Estagiários	1	1
4.11 - Relação entre a maior e menor remuneração	12,51	11,6
4.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento	5	1
4.13 - Acidente de Trabalho com afastamento	4	1

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	<b>74.126</b>					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69,79% governo	15,65% colaboradores	2,72% acionistas	69,76% governo	17,31% colaboradores	4,25% acionistas
	5,25% terceiros		6,59% retidos	3,93% terceiros		4,75% retidos

<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023</b> (Valores em milhares de reais)			
	Legislação Societária		
	Nota	2024	2023
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.785	9.935
Consumidores	5	12.864	13.077
Concessionárias e permissionárias	6	96	99
Depósitos judiciais e cauções	7	224	90
Subvenção CDE	8	1.412	1.009
Ativos financeiros setoriais	8	3.074	1.188
Tributos compensáveis	9	1.679	1.571
Parcelamentos com órgãos públicos	10	169	203
Parcelamento com consumidores	11	604	527
Serviços em curso	12	721	584
Outros ativos circulantes	13	2.522	2.664
Almoxarifado operacional		794	713
Despesas pagas antecipadamente	14	74	74
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>36.017</b>	<b>31.735</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos compensáveis	9	1.307	1.695
Cauções e depósitos vinculados		1.815	1.668
Parcelamento com órgãos públicos		0	169
Parcelamento com consumidores		0	75
Adiantamento incentivos fiscais		12	12
Outros ativos não circulantes	15	1.668	1.668
Bens e direitos para uso futuro		1	1
Despesas pagas antecipadamente	14	72	139
Ativo financeiro da concessão	16	46.742	36.444
Intangível	16	36.485	34.963
		83.227	71.408
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>88.101</b>	<b>76.834</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>124.117</b>	<b>108.568</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b> <b>EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023</b> (Valores em milhares de reais)			
	Legislação Societária		
	Nota	2024	2023
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Fornecimento de energia elétrica	30	121.314	108.589
Encargos de conexão		513	472
Outras receitas	30	15.415	10.801
		<b>137.242</b>	<b>119.862</b>
<b>(-) Deduções da Receita Operacional Bruta</b>			
ICMS		(21.256)	(15.543)
PIS		(1.822)	(1.597)
COFINS		(8.390)	(7.356)
ISS		(54)	(51)
Bandeira tarifária		-	-
Taxa de fiscalização		(141)	(119)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(12.507)	(10.355)
Pesquisa desenvolvimento e eficiência energética		(787)	(749)
		<b>(44.957)</b>	<b>(35.771)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>30</b>	<b>92.284</b>	<b>84.091</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>Custo com Energia Elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	32	(42.985)	(39.199)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	32	(10.156)	(9.401)
<b>Custo de Operação</b>			
Pessoal e administradores		(13.735)	(12.457)
Materiais		(1.708)	(1.621)
Serviço de terceiros		(7.152)	(6.549)
Reversão para litígios fiscais		1.300	-
Depreciação e amortização		(3.898)	(3.907)
Outras despesas	33	(1.085)	(1.696)
		<b>(26.277)</b>	<b>(26.231)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>12.866</b>	<b>9.260</b>
Receita de construção da infraestrutura da concessão	35	6.671	4.605
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	35	(6.671)	(4.605)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas</b>	<b>34</b>	<b>(256)</b>	<b>(171)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>12.610</b>	<b>9.089</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>	<b>36</b>	<b>2.580</b>	<b>2.917</b>
Receita financeira		(3.849)	(2.331)
Despesa financeira		(1.269)	586
		<b>11.342</b>	<b>9.675</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>11.342</b>	<b>9.675</b>
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>11.342</b>	<b>9.675</b>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.182)	(1.048)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>10.160</b>	<b>8.628</b>
IMPOSTO DE RENDA		(3.259)	(2.886)
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>6.900</b>	<b>5.742</b>
<b>DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:</b>			
Participações	29	(345)	(288)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>6.555</b>	<b>5.454</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$</b>		<b>2.0102</b>	<b>1.6725</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023</b> (Valores em milhares de reais)			
	Legislação Societária		
	Nota	2024	2023
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	17	6.411	8.146
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.979	1.208
Encargos de dívidas		1.028	130
Tributos	19	2.509	2.780
Provisão litígio trabalhista		0	0
Dividendos e juros sobre o capital próprio		564	537
Empréstimos e financiamentos	20	7.260	4.002
Obrigações estimadas com pessoal	18	748	717
Encargos setoriais	21	1.878	1.628
Passivos regulatórios	22/23	5.773	2.602
Outros passivos circulantes		1.447	1.150
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>29.598</b>	<b>22.901</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	20	27.315	24.456
Provisão para litígios	23	8.602	9.902
Passivos financeiros setoriais		2.672	2.189
Incentivos fiscais	24	118	118
Outros passivos não circulantes		1	2
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>38.709</b>	<b>36.668</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	25	23.381	23.381
Reservas de capital	25	10.332	8.403
Reservas de lucros	25	22.098	17.215
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>55.810</b>	<b>49.000</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>124.117</b>	<b>108.568</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b> <b>EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023</b> (Valores em milhares de reais)			
	2024		2023
	<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de consumidores	120.434		102.881
Recebimento uso mútuo postes	1.402		1.245
Recebimento CCEE/repasses CDE	12.587		8.641
Outros ingressos	3.024		3.027
Pagamentos a fornecedores	(7.974)		(9.561)
Pagamentos a pessoal	(14.217)		(13.516)
Pagamentos energia elétrica comprada	(47.120)		(40.877)
Pagamentos outras despesas	(1.189)		(1.545)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>66.946</b>		<b>50.295</b>
Juros pagos	(2.123)		(1.146)
Tributos	(35.161)		(26.377)
Taxas regulamentares	(12.702)		(14.020)
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(4.109)		(3.951)
<b>Fluxo de caixa antes item extraordinário</b>	<b>(54.095)</b>		<b>(45.495)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>12.851</b>		<b>4.800</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Compra do ativo imobilizado	(14.272)		(17.745)
Juros recebidos	0		247
<b>Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(14.272)</b>		<b>(17.498)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras</b>			
Recebido por empréstimos e financiamentos	12.597		32.860
Aplicação financeira de longo prazo	-		-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.681)		(11.105)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	(1.646)		(2.469)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades financeiras</b>	<b>3.270</b>		<b>19.286</b>
<b>Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa</b>	<b>1.849</b>		<b>6.588</b>
- Saldo da conta caixa no início do exercício		9.935	3.347
- Saldo da conta caixa no fim do exercício		11.785	9.935
<b>Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa</b>	<b>1.850</b>		<b>6.588</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Valores em milhares de reais)  
Legislação Societária**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
<b>EM 31 DE DEZEMBRO 2022</b>	<b>23.381</b>	<b>1.409</b>	<b>1.787</b>	<b>4.220</b>	<b>1.414</b>	<b>12.633</b>	<b>0</b>	<b>44.845</b>
Ajuste VOC/VNR	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	-	987	-	-	-	-	-	987
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.454	5.454
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.286)	(2.286)
Reserva legal	-	-	-	-	273	-	(273)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	2.895	(2.895)	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO 2023</b>	<b>23.381</b>	<b>2.396</b>	<b>1.787</b>	<b>4.220</b>	<b>1.687</b>	<b>15.527</b>	<b>0</b>	<b>49.000</b>
Ajuste VOC/VNR	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	-	1.928	-	-	-	-	-	1.928
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.556	6.556
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(1.673)	(1.673)
Reserva legal	-	-	-	-	328	-	(328)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	4.555	(4.555)	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO 2024</b>	<b>23.381</b>	<b>4.324</b>	<b>1.787</b>	<b>4.220</b>	<b>2.015</b>	<b>20.082</b>	<b>0</b>	<b>55.810</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores em milhares de reais)		COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP CNPJ Nº 01.377.555/0001-10	
		<b>NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2024 e 31.12.2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)</b>	
		<b>NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL</b>	
		A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o <b>Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL</b> , vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.	
		<b>NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
		Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à	
		<b>Legislação Societária</b>	
		<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Receitas de vendas de energia e serviços		137.242	119.862
Reversão provisões fiscais		1.300	0
Outras receitas (despesas) operacionais		-256	-171
		<b>138.286</b>	<b>119.691</b>
<b>(-) INSUMOS</b>			
Custo da energia comprada		-53.141	-48.600
Materiais e serviço de terceiros		-8.860	-8.170
Outros gastos operacionais		-841	-1.504
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>-62.842</b>	<b>-58.274</b>
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>		<b>75.444</b>	<b>61.418</b>
<b>(-) Depreciação e amortização</b>		<b>-3.898</b>	<b>-3.903</b>
<b>(=) Valor Adicionado Líquido Gerado</b>		<b>71.546</b>	<b>57.515</b>
Receitas financeiras		2.580	3.059
<b>(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>		<b>74.126</b>	<b>60.573</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>Empregados e Administração:</b>			
Remunerações		7.870	7.316
Encargos sociais (exceto INSS)		631	594
Auxílio alimentação		1.369	1.308
Convênio assistencial e outros benefícios		1.028	989
Participação nos resultados		704	279
		<b>11.602</b>	<b>10.486</b>
<b>GOVERNOS</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		21.256	15.543
PIS/COFINS		10.212	9.533
INSS (sobre folha de pagamento)		2.133	1.971
Imposto de renda e contribuição social		4.441	3.933
Encargos do consumidor		13.435	11.223
Outros impostos, taxas e contribuições		252	51
		<b>51.729</b>	<b>42.256</b>
Juros e variações monetárias		3.849	2.331
Aluguéis		46	47
<b>Financiadores</b>		<b>3.895</b>	<b>2.378</b>
Dividendos e participações		2.017	2.574
Lucros retidos		4.883	2.880
<b>Acionistas</b>		<b>6.900</b>	<b>5.454</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>74.126</b>	<b>60.573</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

transparência e clareza das informações.  
As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site [www.chesp.com.br](http://www.chesp.com.br) a partir de 25 de abril de 2025.  
A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 03/04/2025.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**b) Consumidores**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

**c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

**d) Almojarifado Operacional**

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almojarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

**e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica**

**Receita de venda de energia:** reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

**Receita não faturada:** correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

**f) Despesas pagas antecipadamente**

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

**g) Ativo Imobilizado e Depreciação**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

**h) Redução ao Valor Recuperável**

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**i) Empréstimos e Financiamentos**

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

**j) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

**k) Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

**l) Outros Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2024	2023
Aplicações no mercado aberto	11,074	8,349
Contas bancárias à vista	111	921
Numerário em trânsito e caixa	600	665
<b>Total</b>	<b>11.785</b>	<b>9.935</b>

**Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa:** as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

**Aplicações no Mercado Aberto:** estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**NOTA 5 - CONSUMIDORES**

**5.1 - Desempenho operacional**

Em 31 de dezembro 2024 foram totalizadas 40.364 unidades consumidoras faturadas, número 1,4% superior ao de 2023 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	Var.%	2024	2023
Residencial	2,2	31.850	31.175
Industrial	-	58	58
Comercial	2,1	3.524	3.450
Rural	-4,1	4.352	4.538
Demais classes	1,6	580	571
<b>Total</b>	<b>1,4</b>	<b>40.364</b>	<b>39.792</b>

A CHESP registrou um aumento da ordem de 6,2% em seu mercado consumidor, fornecendo 145.355 MWh de energia elétrica em 2024 (136.931 MWh em 2023).

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	Var.%	2024	2023
Residencial	7,1	66.048	61.650
Industrial	5,6	28.788	9.673
Comercio e serviços	-13	8.411	27.250
Rural	12,5	24.269	21.577
Poder Público	8,1	7.199	6.661
Iluminação Pública	2,1	5.340	5.233
Serviço Público	8,9	5.110	4.700
Consumo próprio	1,6	190	187
<b>Total - mercado cativo</b>	<b>6,2</b>	<b>145.355</b>	<b>136.931</b>
<b>Clientes livres</b>	<b>46,1</b>	<b>11.323</b>	<b>7.749</b>

**Consumidores - circulante**

Fornecimento	2024	2023
Faturado	7.421	7.756
Não faturado	4.302	4.360
Parcelamentos a receber	564	652
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(8)	(154)
Serviços cobráveis	30	26
Juros e multas s/faturas a receber	207	181
Outros créditos/débitos	348	256
<b>Total</b>	<b>12.864</b>	<b>13.077</b>

**Consumidores - Contas a receber**

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2024	2023
Residencial	609	2.629	(9)	5	(7)	3.227	3.129
Residencial baixa renda	38	211	-	-	-	249	243
Industrial	371	433	-	25	-	829	1.095
Comércio e serviços	542	786	-	155	(8)	1.475	1.406
Rural	409	761	-	3	-	1.173	1.195
Poder público	497	181	-	-	-	678	845
Iluminação pública	198	83	-	-	-	281	222
Serviço público	317	-	-	-	-	317	300
<b>Subtotal</b>	<b>2.981</b>	<b>5.084</b>	<b>(9)</b>	<b>188</b>	<b>(15)</b>	<b>8.229</b>	<b>8.435</b>
Fornecimento não faturado	4.302	-	-	-	-	4.302	4.360
Serviço taxado/diversos	341	-	-	-	-	341	436
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(8)	-	-	-	-	(8)	(154)
<b>Total</b>	<b>7.616</b>	<b>5.084</b>	<b>(9)</b>	<b>188</b>	<b>(15)</b>	<b>12.864</b>	<b>13.077</b>

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor classe	A vencer Até 60 dias (Faturado)	Vencidas Até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Rene-negociados	PCLD	Total	
								2024	2023
Residencial	609	2.441	27	46	115	5	(16)	3.227	3.129
Residencial Baixa Renda	38	204	1	3	3	-	-	249	243
Industrial	371	9	-	13	411	25	-	829	1.095
Comércio e serviços	542	604	8	29	145	155	(8)	1.475	1.406
Rural	409	702	12	6	41	3	-	1.173	1.195
Poder Público	497	163	7	8	3	-	-	678	845
Iluminação Pública	198	83	-	-	-	-	-	281	222
Serviço Público	317	-	-	-	-	-	-	317	300
Serviço Taxado/ Diversos	341	-	-	-	-	-	-	341	436
Compensação DIC/FIC/DMIC	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)	(154)
<b>Total</b>	<b>3.314</b>	<b>4.206</b>	<b>55</b>	<b>105</b>	<b>718</b>	<b>188</b>	<b>(24)</b>	<b>8.562</b>	<b>8.717</b>

**(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

<b>NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS</b>		
Componentes	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	11	43
Outros créditos - reembolso gastos operacionais	85	56
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>99</b>

<b>NOTA 7 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES</b>		
Componentes	2024	2023
Depósitos judiciais cíveis	47	47
Capitalização em custódia contrato ONS - RB	177	43
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>90</b>

<b>NOTA 8 - ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS</b>								
A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:								
Componentes	Saldo 31/12/23	Adição	Amortização	Saldo 31/12/24	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	
CVA - Ativa	1.188	10.361	(8.475)	3.074	2.363	711	3.074	
CVA - Energia comprada	(987)	3.468	(1.713)	768	218	550	768	
CVA - PROINFA	(298)	298	-	-	-	-	-	
CVA - Transporte energia rede básica	1.775	2.384	(3.287)	872	872	-	872	
CVA - Transporte energia rede Itaipu	254	104	(261)	97	97	-	97	
CVA -Encargos serviço de sistema - ESS	584	515	(427)	672	672	-	672	
CVA - CDE	(401)	2.229	(1.283)	545	504	41	545	
Outros - descTusd livre e financeiros	261	1.362	(1.503)	120	-	120	120	
Neutralidade da parcela A	(67)	319	(252)	-	-	-	-	
Sobrecontratação	234	84	(280)	38	-	38	38	
Outros ativos financeiros	94	959	(970)	83	-	83	83	

<b>DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS</b>								
CDE descontos tarifários	835	10.821	(10.419)	1.237	-	1.237	1.237	
Diferença mensal de receita Baixa Renda	174	1.073	(1.072)	175	-	175	175	
CDE modicidade Eletrobrás	-	524	(524)	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>1.009</b>	<b>12.418</b>	<b>(12.015)</b>	<b>1.412</b>	<b>-</b>	<b>1.412</b>	<b>1.412</b>	

<b>NOTA 9 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS</b>					
Tributos	2024		2023		Circulante
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	1.135	1.307	1.122	1.695	1.695
ICMS s/Demanda e Baixa renda a recuperar	449	-	449	-	-
Imposto de renda e contribuição social	95	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.679</b>	<b>1.307</b>	<b>1.571</b>	<b>1.695</b>	<b>1.695</b>

<b>NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS</b>					
Orgão	Amortização	2024		2023	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamentos Prefeitura de Carmo do Rio Verde Processo 53591751620218090028	11/21 a 10/25	169	-	203	169
<b>Total</b>		<b>169</b>	<b>-</b>	<b>203</b>	<b>169</b>

**Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2021**

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado através do Processo 5359175-16.2021.8.09.0028, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de 2017, 2018 e saldo devedor de parcelamento de 2016;

<b>NOTA 11- PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES</b>					
	2024			2023	
	Amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	604	-	527	75

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia

<b>NOTA 12 – SERVIÇOS EM CURSO</b>			
Componentes	2024	2023	
- Serviço Próprio	713	578	
ODS Serviço Próprio	296	361	
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	417	217	
ODS - Serviço Terceiros	8	6	
<b>- Total</b>	<b>721</b>	<b>584</b>	

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

<b>NOTA 13 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES</b>			
Componentes	2024	2023	
Adiantamento a empregados/fornecedores	345	80	
Fornecedores Proinfa/adiantamento	150	121	
Prefeituras Municipais	21	24	
Fatura aluguel de postes	1.782	1.570	
Crédito com partes relacionadas	40	700	
Alienação/Desativação em curso	58	2	
Ativos e passivos regulatórios	56	56	
Créditos vendas de veículos	54	50	
Outros	16	61	
<b>Total</b>	<b>2.522</b>	<b>2.664</b>	

<b>NOTA 14 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>				
Despesas	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	73	72	73	139
Fornecedores	1	-	1	-
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>72</b>	<b>74</b>	<b>139</b>

**NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES**  
Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi.

**NOTA 16 - ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**

**Ativos Financeiros da concessão**

Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Componente	2024	2023
Ativo Financeiro	46.742	36.444
Ativo Intangível	36.485	34.963
<b>Total</b>	<b>83.227</b>	<b>71.408</b>

**Ativos Intangíveis**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)			2024	2023
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	104.041	(67.556)	36.485	34.963
Em curso	46.742	-	46.742	36.444
<b>Total do intangível</b>	<b>150.783</b>	<b>(67.556)</b>	<b>83.227</b>	<b>71.408</b>

**Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)**

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

Obrigações especiais	2024	2023
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	10.656	9.882
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
Outros ajustes contabilidade Soc/Reg	511	511
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(12.162)	(11.045)
<b>TOTAL</b>	<b>3.514</b>	<b>3.857</b>

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

**NOTA 17 – FORNECEDORES**

Fornecedores	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	4.307	-	5.034	-
Encargos de uso da rede elétrica	961	-	999	-
Materiais e serviços	1.143	-	2.113	-
<b>Total</b>	<b>6.411</b>	<b>-</b>	<b>8.146</b>	<b>-</b>

**NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Componentes	2024	2023
Folha de pagamento líquida	394	363
Tributos retidos na fonte	221	263
Participações nos lucros e resultados	1.074	577
Outras	290	4
<b>Total</b>	<b>1.979</b>	<b>1.207</b>

**Obrigações estimadas com pessoal**

Componentes	2024	2023
Provisão de férias e encargos sociais	748	717
<b>- Total</b>	<b>748</b>	<b>717</b>

**NOTA 19 – TRIBUTOS**

Impostos e Contribuições	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.088	-	1.098	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	427	-	587	-
INSS	275	-	350	-
PIS/COFINS	582	-	568	-
Outros	137	-	177	-
<b>Total</b>	<b>2.509</b>	<b>-</b>	<b>2.780</b>	<b>-</b>

**NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

CREDORES	Operação	Moeda Nacional	Juros% aa/am	Encargos de dívidas	2024		2023		
					Principal		Principal		
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	BB Financiamento LD 69kv Rialma a Itapaci e Ampliação SE-Rialma		10,00aa	831	2.235	15.644	-	-	12.886
	ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064		4,799aa	129	1.614	3.664	90,4	1.764	5.279
	CEF Capital de GIRO08.2512.737.0000214		13,08aa	36	2.800	2.800	24,3	1.400	5.600
	BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr. 6026904		4,5aa	-	-	-	0,4	97	-
	BBD/FINAME Religador Automático Contr. 6039826		4,42aa	-	-	-	0,1	22	-
	BBD/FINANC TRAF0 FORÇA 10 MVA Contr. 6060995		6,15aa	0,1	17	-	0,4	66	17
	BBD/CCB RELIGADOR AUT TRIF: Contr.6070707		5,15aa	0,3	34	17	0,4	34	50
	CCB-BBD Finame Caminhão VW 17230-Contr:2909477187		11,17aa	0,3	32	-	0,2	55	32
	BBD/FINAME REGULADOR TENSÃO Contr. 6055798		11,42aa	0,1	2	-	0,1	30	2
	CCB-BBD Finan. Fiat TORO-Contr:3631543120		18,57aa	-	-	-	0,9	32	-
	BBD - Contr.6094498-Religador Automático Trifásico		8,97aa	1,0	50	72	1,0	50	122
	BBD - Contr.6094501-Regulador Tensão Aut Monofásico		8,97aa	0,7	28	40	0,6	28	68
	BcoVWDCD-273690 - Saveiro ROBUST		18,72aa	-	-	-	0,2	24	-
	Bradesco CCB 2916451708 Toyota HILUX CS 4X4		17,35aa	1,0	48	134	-	-	-
	<b>CCB 16868449 Bradesco Capital de Giro</b>		18,15aa	-	-	4.944	-	-	-
	<b>Total moeda nacional</b>			<b>999</b>	<b>6.860</b>	<b>27.315</b>	<b>119,0</b>	<b>3.602</b>	<b>24.056</b>
	<b>Operação - Moeda Estrangeira</b>								
	BBD Capital de Giro -U\$-20241019000068		13,99aa	29	400	-	-	400	400
	<b>Total moeda estrangeira</b>			<b>29</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>400</b>	<b>400</b>
	<b>TOTA GERAL EMP.FINANC.</b>			<b>1.028</b>	<b>7.260</b>	<b>27.315</b>	<b>119,0</b>	<b>4.002</b>	<b>24.456</b>

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:



Componente	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
Valor da amortização anual	8.302	5.314	4.759	2.235	2.235	4.470	27.315
<b>INDEXADOR</b>				<b>TJLP</b>	<b>U\$</b>	<b>Outros</b>	<b>TOTAL</b>
%				71,6	-	28,4	100

  

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB Financiamento LT 69kv Rialma/Itapaci e SE-Rialma	Linhas e Redes e Subestação	10,00%aa	TJLP	04/2024 a 03/2032	15.643
IITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	Linhas e Redes - Subestação	4,79%aa	TJLP	07/2023 a 07/2028	3.665
CEF CAPITAL GIRO 08.2512.737.0000214	Capital de Giro	13,08%aa	Outros	07/2024 a 12/2026	2.800
Bradesco-Contr. 6094498	Religador automático	8,97%aa	TJLP	12/2021 a 05/2027	72
Bradesco-Contr. 6094501	Regulador de tensão	8,97%aa	TJP	12/2021 a 05/2027	40
Bradesco-Contr. 6070707	Transformador de Força 10 MVA	6,15%aa	TJLP	11/2020 a 04/2025	17
Bradesco CCB 2916451708	Toyota HILUX CS 4X4	17,35aa	Outros	11/2024 a 11/2028	134
Bradesco CCB 16868449	Capital de Giro	18,15%aa	Outros	12/2024 a 11/2028	4.944

Mutações de Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>2.531</b>	<b>7.772</b>
Ingressos/Capitalizações	13.457	20.686
Amortização	(14.188)	-
Transferências	2.202	(4.002)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>4.002</b>	<b>24.456</b>
Ingressos/Capitalizações	6.578	10.079
Amortização	(5.610)	-
Transferências	2.290	(7.220)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>7.260</b>	<b>27.315</b>

Ingressos/Capitalizações 2023: referem-se a financiamento construção LD 69kv Rialma/Itapaci, ampliação SE Rialma e capital de giro

**NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS**

Encargos	2024	2023
<b>Taxa de Fiscalização</b>	<b>14</b>	<b>11</b>
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>749</b>	<b>629</b>
FNDCT	27	58
MME	14	28
Recursos a recolher/aplicar	708	543
<b>Programa de Eficiência Energética</b>	<b>1.040</b>	<b>812</b>
PROCEL	82	139
Recursos a aplicar Recursos a aplicar	958	673
<b>Conta de desenvolvimento energético - CDE</b>	<b>75</b>	<b>104</b>
<b>Bandeira Tarifária</b>	<b>-</b>	<b>72</b>
<b>Total</b>	<b>1.878</b>	<b>1.628</b>

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

**NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS REGULATÓRIOS**

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/23	Adição	Amortização	Saldo 31/12/24	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	175	4.271	(3.397)	1.049	-	-	1.049
CVA energia	193	1.553	(1.327)	419	-	419	419
CVA - PROINFA	(18)	357	(249)	90	-	90	90
CVA REDE BÁSICA 2024/2025	-	168	(166)	2	-	2	2
CVA TRANSPORTE ITAIPU 2024/2025	-	40	(6)	34	-	34	34
CVA ESS 2024/2025	-	889	(887)	2	-	2	2
CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	-	1.264	(762)	502	-	502	502
Neutralidade da parcela A	2.593	3.414	(2.250)	3.757	3.127	630	3.757
BANDEIRA TARIFÁRIA FATURADA	-	1.643	(1.555)	88	88	-	88
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(166)	3.149	(2.103)	879	-	879	879
Risco hidrológico /CDE modicidade Eletrobrás	(166)	3.149	(2.103)	879	-	879	879
<b>Total</b>	<b>2.602</b>	<b>12.477</b>	<b>9.306</b>	<b>5.773</b>	<b>3.215</b>	<b>2.558</b>	<b>5.773</b>

**NOTA 23 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS**

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO, Crédito Habilitado nos termos do Despacho Decisório acima mencionado; do valor homologado pela Receita Federal de R\$ 6,744 milhões, foi considerado em sua totalidade como componente negativo nos financeiros da revisão tarifária de 2021 e no reajuste tarifário de 2022.

**NOTA 24 - INCENTIVOS FISCAIS**

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído

Componentes	2024	2023
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

**NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital Social	2024			2023		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
<b>Total</b>	<b>3.260.982</b>	<b>-</b>	<b>23.381</b>	<b>3.260.982</b>	<b>-</b>	<b>23.381</b>

Em 31 de dezembro de 2024 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$ 17,11 (2023 - R\$ 15,02).

Reservas de Capital	2024	2023
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	4.324	2.396
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
<b>Total</b>	<b>10.331</b>	<b>8.403</b>

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva legal	2.015	1.687
Reserva para investimentos	20.083	15.528
<b>Total</b>	<b>22.098</b>	<b>17.215</b>

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social

**NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS**

Serviços	2024		2023	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	178	2.272	169	2.047
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	62	1.296	114	1.323
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	9	137	11	134
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	4	149	10	182
<b>TOTAL</b>	<b>253</b>	<b>3.854</b>	<b>304</b>	<b>3.686</b>

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão - AT em 69kV,

serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de árvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 831 de 25 de março de 2021, assim registrados:  
Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2024.  
Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas.

**NOTA 27 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

**NOTA 29 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 728 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados - PPR e R\$ 345 mil para diretores/gerentes (PL-2023 - R\$ 288 mil e R\$ 288 mil respectivamente).

**NOTA 30 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FORNECIMENTO FATURADO**

CLASSE	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Residencial	31.850	31.175	66.048	61.650	57.452	49.078
Industrial	58	58	8.411	9.673	9.576	9.227
Comércio e serviços	3.524	3.450	28.788	27.250	25.087	22.273
Rural	4.352	4.538	24.269	21.577	17.831	15.260
Poder Público	493	484	7.199	6.661	6.353	5.377
Iluminação Pública	10	10	5.340	5.233	2.695	2.399
Serviço Público	66	66	5.110	4.700	4.026	3.357
Consumo Próprio	11	11	190	187	-	-
(=) Fornecimento faturado	40.364	39.792	145.355	136.931	123.020	106.971
Fornecimento Não Faturado					(58)	794
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>40.364</b>	<b>39.792</b>	<b>145.355</b>	<b>136.931</b>	<b>122.962</b>	<b>107.765</b>
Descontos tarifários e equilíbrio da redução tarifária - aportes CDE					10.821	6.808
Modicidade Eletrobrás - aporte CDE					524	247
Subsídio baixa renda					1.072	1.128
Encargos de conexão de agentes de geração					513	472
Renda da prestação de serviço					979	764
Serviço taxado					245	203
Compartilhamento de infraestrutura					1.738	1.653
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					(1.738)	1.291
Fornecimento diferimento ou devoluções					90	(469)
Outras receitas					127	-
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>14.371</b>	<b>12.097</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>137.333</b>	<b>119.862</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(21.256)	(15.543)
PIS					(1.822)	(1.597)
COFINS					(8.390)	(7.357)
ISS					(54)	(51)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(12.507)	(10.355)
Programa de P&D e eficiência energética					(787)	(749)
Bandeira tarifária					-	-
Taxa de fiscalização					(141)	(119)
<b>Total deduções da receita operacional</b>					<b>(44.957)</b>	<b>(35.771)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>92.376</b>	<b>84.091</b>

\*crescimento de mercado de 62% no ano

**Aportes CDE** - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras

**NOTA 31 – ENCARGOS SETORIAIS**

Componentes	2024	2023
Conta de desenvolvimento energético - CDE	12.507	10.355
Taxa de fiscalização - ANEEL	141	119
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	787	749
Proinfra	1.354	1.478
<b>Total</b>	<b>14.789</b>	<b>12.701</b>

**NOTA 32 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA**

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2024	2023	2024	2023
COPEL Geração e Transmissão S/A	88.667	83.826	17.984	16.251
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	25.234	28.792	9.627	8.033
ENBP&R - Cotas demanda Itaipu	25.886	25.466	5.896	5.492
Eletronuclear - Cotas de energia nuclear - Angra	5.134	4.924	1.772	1.668
Programa Incentivo às Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA CCEAR-C	2.859	2.828	1.354	1.478
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	280	278	66	57
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	(3.011)	(2.603)
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	-	-	11.049	10.155
Energia microgeração	-	-	(893)	(754)
<b>Total</b>	<b>148.060</b>	<b>146.114</b>	<b>53.141</b>	<b>48.600</b>

**NOTA 33 – OUTRAS DESPESAS**

Componentes	2024	2023
<b>Arrendamento e aluguéis</b>	<b>46</b>	<b>47</b>
<b>Seguros</b>	<b>108</b>	<b>43</b>
<b>Tributos</b>	<b>198</b>	<b>199</b>
<b>(-) Recuperação de despesa</b>	<b>(202)</b>	<b>(253)</b>
Taxa arrecadação	388	426
Taxas bancárias	29	25
Tarifas CCEE	17	13
Transgressões DIC/FIC/DMIC	95	763
Mensalidades associativas	26	19
Custeio conselho de consumidores	61	53
Consumo próprio energia elétrica	175	157
<b>Indenizações por perdas e danos</b>	<b>73</b>	<b>144</b>
<b>Outras</b>	<b>71</b>	<b>60</b>
<b>Total</b>	<b>1.085</b>	<b>1.696</b>

**NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

Componentes	2024	2023
Ganhos na alienação de bens e direitos	92	67
Perdas na desativação de bens e direitos	(348)	(238)
<b>Total</b>	<b>(256)</b>	<b>(171)</b>

**NOTA 35 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRA ESTRUTURA DA CONCESSÃO**

Componentes	2024	2023
Receita de construção da infraestrutura da concessão	6.671	4.605
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(6.671)	(4.605)
Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2024 e 2023		

**NOTA 36 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS**

Receitas Financeiras	2024	2023
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.508	1.251
Renda de aplicação financeira	723	1.431
Juros de parcelamentos	88	63
Atualização de ativos regulatórios	361	283
Outras receitas financeiras	26	31
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(126)	(142)
<b>Total</b>	<b>2.580</b>	<b>2.917</b>
Despesas Financeiras	2024	2023
Encargos carta de fiança	48	53
Encargos das dívidas de curto prazo - juros/ioc/iof	42	81
Encargos das dívidas de curto prazo - empréstimos e financiamentos	3.041	1.392
Multas sobre impostos e contribuições sociais	42	172
Variação monetária de passivos regulatórios	643	597
Outras despesas financeiras	33	36
<b>Total</b>	<b>3.849</b>	<b>2.331</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>(1.269)</b>	<b>586</b>

Os encargos financeiros, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

**NOTA 37 - SEGUROS**

A Companhia mantém cobertura de 01 Transformador de Força de 07/10 MVA, 04 Transformadores e 03 religadores automáticos

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Bradesco seguros	Proposta: (33097051/31949031/1130744)	28/02/24 a 13/10/25	1.735	25

**NOTA 38 – ASPECTOS REGULATÓRIOS**

**I) Reajuste Tarifário Anual - RTA - 2024**

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 3.411, de 12 de novembro de 2024, Art. 2º As tarifas de aplicação da CHESP, constantes da Resolução Homologatória nº 3.284, de 21 de novembro de 2023, ficam, em média, reajustadas em -2,09% (menos dois vírgulas zero nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025, assim composto

Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual	-2,97%
CVA em processamento: energia, transporte e encargos setoriais	2,57%
Saldo a compensar CVA-ano anterior + ajustes	-0,02%
Neutralidade parcela A	-3,34%
Sobrecontratação/exposição de energia	0,04%
Previsão de risco hidrológico	3,27%
Reversão do risco hidrológico	-3,62%
Outros	-1,88%
Efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	2,85%
Efeito da variação dos subsídios da Lei nº 14.299	-1,97%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores (com Lei 14.299)	-2,09%

Participação dos itens das Parcelas A e B na composição da receita anual da concessionária.

Reajuste Tarifário	Encargos Setoriais	Custos de Transmissão	Custos de aquisição de energia	Custo de Distribuição	Total
de 2024	18,2%	8,9%	32,6%	40,3%	100,0%

**II) Revisão Tarifária Periódica - RTP**

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2026. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Aos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP**

**Ceres - GO**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos

**NOTA 39- BAIXA RENDA**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, regulamentam esse benefício. Conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2024	2023	
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	92	91	90	91	90	90	84	85	90	93	87	88	1.071	1.128

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 se apresenta no valor de R\$ 175 (2023 - R\$ 174).

**NOTA 40- OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS**

**I) Universalização**

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 40.364 unidades consumidoras, sendo 31.850 da classe residencial, 4.352 da classe rural, 3.524 da classe comercial e 638 das demais classes.

**II) Programa PROINFA**

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

**III) Bandeiras Tarifárias**

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária.

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2024

**COMPANHIA HIDROELÉTRICASÃO PATRÍCIO - CHESP**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Maria Cristina de Pina Martin</b> Presidente	<b>Patrícia de Pina Martin</b> Conselheira
<b>Rauffin Gonçalves de Souza</b> Conselheiro	<b>Rodolfo de Podestá Martin</b> Conselheiro
<b>Antonio Luiz de Pina Neto</b> Conselheiro	

**DIRETORIA**

<b>Ricardo de Pina Martin</b> Diretor Presidente	<b>Carolina de Podestá Martin Santana</b> Diretora Administrativo-Financeira
---	---

**Rauffin Gonçalves de Souza**  
Diretor Técnico-Comercial

**Anicésio Vicente de Almeida Segundo**  
Contador CRC/GO Nº018872/O-0  
CPF 017.359.271-63

fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 03 de abril de 2025.



**Antônio César da Silva**  
Contador - Mestre em Controladoria  
CRC-RS 043890-O-9  
CVM AD 17.595 - Registro 12840  
[www.acscontab.com.br](http://www.acscontab.com.br)